

Será o fim do capitalismo?

Por Tiago Cavalcanti, Economista, Professor da Universidade de Cambridge, tvdvc2@cam.ac.uk

Quando uma crise financeira como a atual atinge uma economia como a dos Estados Unidos sempre surge questionamentos sobre o papel das políticas apoiadas no mercado. É a glória dos anti-americanos observarem o Fed ajudar os bancos a não entrarem em bancarrota. Será a destruição do império americano? Não é para menos, Lênin já colocava que a forma mais efetiva de acabar com uma sociedade é destruindo a sua moeda. Cadê a mão-invisível de Adam Smith?

Um dos principais mitos criado em nossa sociedade diz respeito ao papel do Estado em uma sociedade liberal, fundamentada na propriedade privada. É comum argumentar que o “neo-liberal” prega a total ausência do Estado na sociedade, inclusive no combate à pobreza, desigualdade e falta de concorrência em alguns setores da economia. É até justificável que tais argumentos venham de políticos atrás de votos, haja vista que pregar a ausência do Estado, por exemplo, nas políticas educacionais soa até como uma insanidade. No entanto, é uma lástima que tais argumentos sejam proferidos também por intelectuais, professores universitários, entre outros formadores de opinião. Do meu ponto de vista, só há duas razões para que isso aconteça: (i) uma total falta de informação quanto ao papel do Estado em uma sociedade capitalista; ou (ii) um puro oportunismo intelectual, gerado pela oportunidade de contratos futuros através da alocação de recursos (*rents*) e cargos, sem meritocracia, pelo nosso Estado (como definido por Sérgio Buarque de Holanda) patrimonialista.

De fato, a primeira opção deve ter um peso razoável na formação desse mito. Quando estudei economia na UFPE, entre 1991 e 1995, apesar de ter tido uma ótima formação técnica em teoria econômica e métodos quantitativos, nenhum texto de Friedrich Hayek ou Milton Friedman foi exigido como leitura. Este último, por sinal, é considerado o economista mais influente da segunda metade do século passado. Por outro lado, ótimos textos de Marx e Keynes foram recomendados e exigidos em avaliações, além de leituras de críticas aos liberais, porém nunca os originais. Milton Friedman, por exemplo, era apresentado de forma deturpada, como um intelectual exótico, que pensava que o monetarismo seria o remédio para todo ciclo econômico. O mesmo foi inclusive acusado de ter ajudado o governo de Pinochet, por um dia ter visitado o Chile e apresentado durante a ditadura militar seu livro: *Capitalismo e Liberdade!* A mesma palestra foi proferida em vários outros países, inclusive na China, mas como Friedman colocou, nunca o acusaram de ter ajudado o governo Chinês.

Depois de alguns anos de repressão intelectual, resolvi ler primeiro Hayek e depois Friedman, sem falar de Fernando Pessoa. O que mais me impressionou nesses autores foi o papel claro do Estado na manutenção da ordem, na proteção ao direito de propriedade, no combate ao monopólio, à pobreza, no controle da moeda e na regulamentação de alguns mercados. O setor bancário, por exemplo, é um caso clássico de onde o governo deve ser ativo. Primeiro, por que os bancos utilizam dinheiro de terceiros e assim tendem a tomar mais risco, atrás de altos retornos, do que se utilizassem recursos próprios. Além

disso, há sempre a possibilidade de um problema de liquidez já que os ativos dos bancos não podem ser transformados em dinheiro rapidamente e o total em caixa não é suficiente para cobrir um aumento repentino nos saques. Sem falar que, quando um problema de liquidez ou de má gestão surge fica a pergunta do quê o governo deve fazer: Deve deixar os bancos quebrarem e com isso possibilitar um efeito dominó com mais falência no setor e por em risco os ativos das pessoas e das empresas? Ou deve ajudar os bancos e criar um problema de “risco moral”, em que os bancos sabendo que sempre receberão apoio do Estado têm um incentivo ainda maior de investir em ativos de risco?

A crise financeira atual é grave. No entanto, a mesma está longe de ter um impacto tão severo como o da crise de 1929. Por várias razões: (i) a teoria econômica tem um conhecimento muito maior do que há 80 anos atrás e consequentemente instrumentos de política bem mais eficientes; (ii) as economias são mais abertas e assim dependem não apenas do mercado interno; e (iii) o câmbio é flexível possibilitando, por exemplo, o Fed a aumentar a oferta de moeda em uma crise de liquidez. Como Friedman mostrou, o Fed na crise de 1929 diminuiu a liquidez da economia com políticas monetárias contracionistas.

Para finalizar, para os que acham que o liberal é contra o intervencionismo estatal, sugiro a leitura do último capítulo de *Capitalismo e Liberdade* de Milton Friedman. É uma descrição muito próxima da Bolsa Família, programa de maior sucesso do governo Lula. Programa este que tinha crítica severa da esquerda por ser um programa focalizado, (princípio básico de políticas liberais de combate à pobreza) ao invés de universal. Por ser uma pessoa pragmática, o presidente Lula, contudo, aprimorou e aumentou as políticas sociais do governo passado, porém manteve as políticas econômicas conservadoras e colocou como presidente do Banco Central um ex-banqueiro, que conhece o mercado financeiro, tem controlado a inflação e mantido a estabilidade financeira e da moeda. A oposição, ao invés de argumentar a importância que teve a estabilidade monetária, a privatização e a abertura comercial no crescimento atual do país, fez o contrário, mudando, em alguns casos, de nome, como o caso do antigo PFL. Uma pena. Assim como em 1962, quando *Capitalismo e Liberdade* foi publicado, o liberalismo não tinha nenhum apoio, mas voltou com muita força nos Estados Unidos e na Inglaterra nos anos 80, daqui a alguns anos as pessoas no Brasil podem dar os devidos créditos as reformas liberais implementadas no país.